

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2024

PROCESSO LICITATORIO Nº 027/2024

PREGÃO Nº 015/2024

FORMA ELETRÔNICA

EDITAL Nº 014/2024

O Município de Murutinga do Sul, Estado de São Paulo, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO UNITARIO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL" (www.bll.org.br), nos termos da Lei nº 14.133, de 1.º de abril de 2021; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014; do [Decreto Municipal n.º 008, de 18 de janeiro de 2024](#) (Dispõe sobre a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação municipal específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas); do [Decreto Municipal n.º 009, de 18 de janeiro de 2024](#) (Regulamentação da licitação, nas modalidades pregão e concorrência, pelos critérios de julgamento menor preço ou maior desconto); e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Cadastro de propostas no site: a partir das 12h00 do dia 09 de setembro de 2024.

Abertura das propostas: às 08h30 do dia 23 de setembro de 2024.

Início da disputa de Preços: às 09h00 do dia 23 de setembro de 2024.

Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

Referência de Tempo: horário de Brasília (DF).

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a prestação do serviço de monitoramento de alunos do transporte escolar, para atender o Convenio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Educação (Processo: SEDUC-PRC- 2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será realizada em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3 – O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O licitante interessado em participar do certame deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando-se também para a data e horário para início da disputa.

2.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema BLL Compras (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MURUTINGA DO SUL-SP, com auxílio da equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL Compras” constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bllcompras.com).

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação qualquer interessado, regularmente estabelecido no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame, que estejam credenciados e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.

3.3. Pessoa jurídica em consórcio poderá participar deste certame, desde que cumpra as disposições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. Não poderão disputar esta licitação:

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco

por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Mirandópolis, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei 14.133/2021;

3.4.11. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei 14.133/2021.

3.4.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.10.1. Para os participantes que se encontram na situação elencada no item 4.10, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. (art. 44 e 45 da LC 123/2006).

4 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

4.1. Os interessados em participar deste certame deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, cujo site é www.bll.org.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante previa

definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

5 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600, ou e-mail

contato@bll.org.br.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que

cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006.

6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário;

7.1.2. Valor Total;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, nos termos do art. 59, da Lei Federal n.º 14.133/21.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e

os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (um real)**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "Fechado e Aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações**, de acordo com o art. 27 do Decreto Municipal nº 009, de 18 de janeiro de 2024.

8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar

lances intermediários.

8.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a trinta minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.22. O Critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço unitário**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.24. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.24.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.26. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que se enquadre na primeira hipótese.

8.27. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.28. Na hipótese de persistir o empate, após esgotados os critérios de desempate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.29.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.29.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.30. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de três (03) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.30.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Pesquisa na relação de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

9.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 7.6 deste edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 9.8., só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área

especializada no objeto.

9.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.14. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.17. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.17.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.18. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 – HABILITAÇÃO

10.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os documentos relacionados na cláusula 10 e seguintes, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

- 10.1.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.
- 10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (art. 64 da Lei 14.133, de 2021, e art. 39, §4º da IN 73, de 2022):
- 10.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital
- 10.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.
- 10.6.1. Os documentos complementares a serem requisitados e apresentados não poderão ser os já exigidos para fins de habilitação no instrumento convocatório. Em outras palavras, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados, sendo exemplo a requisição de cópia de contrato de prestação de serviços que tenha embasado a emissão de atestado de capacidade técnica já apresentado.
- 10.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9. Para consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.9.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.10. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

DOCUMENTOS PARA FINS DE HABILITAÇÃO

10.11 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.11.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.11.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual -CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.11.3. **Sociedade empresária**, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.11.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.11.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.12. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.12.1. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso; pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

10.12.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, **inclusive aqueles relativos à Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.12.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.12.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa, relativa ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

10.12.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.12.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através da Certidão

Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa, em relação aos Tributos Mobiliários.

10.12.6. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 7º da Lei 8.036, de 11/05/90.

10.12.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.12.8. Declaração de que a empresa não tem, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos cumprindo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 (dezesesseis) anos desempenhando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, para fins de cumprimento no disposto no art. 7º., inc. XXXIII, da Constituição Federal.

10.12.9. As comprovações de Regularidade Fiscal e Trabalhista das Microempresa – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins habilitatórios, mesmo que estas apresentem alguma restrição, em obediência ao artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06:

10.12.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista da Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o(s) proponente(s) for(em) declarado(s) vencedor(es) do certame, prorrogáveis uma vez, por igual período, mediante solicitação(ões) expressa(s) do(s) proponente(s), a critério da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa;

10.12.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato e/ou Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

10.12.9.3. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.12.9.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.12.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.13.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.14.1 Qualificação técnico – operacional, mediante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação; a ser feita por atestado, **em nome da empresa**, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando ter e/ou estar executando serviço de 02 (duas) contratação de mão de obra de monitoramento de alunos, correspondente a 40% (quarenta por cento) da quantidade estimada.

10.14.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.14.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.14.2.2. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.14.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.15 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

10.15.1. As licitantes deverão apresentar, ainda, as seguintes declarações subscrita pelo representante legal da empresa, no que for aplicável:

10.15.1.1. Declaração de enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) visando ao exercício dos direitos previstos nos Arts. 42 a 49 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar nº 147/2014, quando for o caso;

10.15.1.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, deverão declarar, ainda, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.15.1.3. Declaração referente às declarações assinaladas on-line no sistema, dispostas nos itens 6.4.1 a 6.6, deste Edital, no que for aplicável;

10.15.1.4. Declaração assinada pelo representante legal da empresa se comprometendo a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, nos termos do art. 92, inc. XVI.

10.15.2. As declarações contidas nos itens 10.14.1.1 a 10.14.1.4 deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, no que for o caso, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

10.15.3 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

10.15.4 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.15.6 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

10.15.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o

Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.15.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na Internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações.

13 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos

anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, sendo responsabilidade do licitante de manter seus dados cadastrais atualizados.

14 – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15 – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16 – DO TERMO DE CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho / Carta Contrato / Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.4 - O prazo de vigência contratual está disposto no Anexo – Minuta do Contrato.

16.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - Os recursos para atender ao cumprimento da execução do objeto deste certame correrão à conta da dotação orçamentária conforme informações abaixo:

Função: 12 – SubFunção: 361 – Programa: 0007 – Proj./Atividade: 2042 – Cat. Econ. 3.3.90 – El. Desp. 39 – SubElemento: 99 - Ficha: 111 – Fonte de Recurso: 01 – Tesouro.

Função: 12 – SubFunção: 361 – Programa: 0007 – Proj./Atividade: 2042 – Cat. Econ. 3.3.90 – El. Desp. 39 – SubElemento: 99 - Ficha: 112 – Fonte de Recurso: 02 – Transferência e Convênio Estaduais - Vinculados.

18 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, local e prazo de execução, fiscalização, além da forma de pagamento estão previstos no Anexo I – Termo de Referência e, também, no Anexo V – Minuta do Contrato.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 19.1.5. fraudar a licitação
- 19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 19.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 19.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 19.2.1. advertência;
 - 19.2.2. multa;
 - 19.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 19.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1. e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1. e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo submeter o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente na plataforma BLL – Compras por questões de transparência, encaminhando cópia para os e-mails: licitacao@murutingadosul.sp.gov.br, para iminente notificação das providências.

20.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato e/ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.bll.org.br, bem como no site oficial do Município, no endereço eletrônico www.murutingadosul.sp.gov.br; nos dias úteis, no endereço Rua Orlando Molina, nº 267, Centro, e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Andradina – SP, com exclusão de qualquer outro.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.13.1. ANEXO I – Termo de Referência

21.13.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

21.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta

21.13.3. ANEXO III – Modelo de Declarações

21.13.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

Murutinga do Sul/SP, 06 de setembro de 2024.

Cristiano Eleuterio Soares da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar, para atender Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação (Processo: SEDUC-PRC-2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
01	<p>Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar, para atender Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação (Processo: SEDUC-PRC-2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557).</p> <p>O monitor do transporte escolar deverá ter idade superior a dezoito anos; apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos; apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada; portar telefone celular; prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte e contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, ou com o gestor do convênio do transporte; mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.</p>	Unit.	05

1.1 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 10 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1 O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a referida contratação é imprescindível à manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Com o intuito de garantir direito fundamental das crianças e adolescentes quanto ao acesso e permanência na escola, conforme preceitua o Art. 208 da Constituição Federal: "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

2.2 Faz-se necessária a oferta de Transporte Escolar aos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal e Estadual do Município de Murutinga do Sul/SP, juntamente com o serviço de monitoria no referido Transporte, de maneira a atender ao público discente que reside nas áreas rurais e/ou em áreas urbanas, onde não há escolas próximas às suas residências, bem como daqueles cujo trajeto considera-se de risco, para que estes possam ser conduzidos, com total integridade às unidades escolares e posterior retorno para suas residências.

2.3 Salienta-se que o município necessita transportar 69 alunos, todos cadastrados na SED - Secretaria Escolar Digital, sendo 41 alunos na rede municipal e 28 alunos na rede estadual, percorrendo, diariamente, 613,90 quilômetros; cujo percurso divide-se em 05 rotas, em zona rural do município, durante, aproximadamente, 200 dias letivos, de segunda a sexta-feira.

2.4 O serviço de monitoria no transporte escolar deverá ser realizado nos turnos manhã e tarde (escolas em período integral), conforme a necessidade e disponibilidade de vagas dos estabelecimentos de ensino públicos.

2.5 Importante salientar que o monitor de transporte escolar é quem fica responsável pela segurança dos alunos nos transportes escolares durante todo o trajeto, acompanhando

o embarque e desembarque individual; bem como, garantindo que não haja mau comportamento, além de assegurar a observância das regras básicas de segurança no trânsito.

2.6 O município não elaborou Plano de Contratações Anual, em razão da recente alteração legislativa que rege as licitações e contratos administrativos.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar, para atender Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação (Processo: SEDUC-PRC-2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557).

3.2 Os serviços serão prestados nos dias letivos previstos no calendário escolar, estipulado pela Secretaria de Educação do Município de Murutinga do Sul. A interrupção dos serviços dar-se-á nas férias e recessos escolares da rede municipal e estadual.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O monitor do transporte escolar deverá ter idade mínima de dezoito anos, ter capacidade física e mental para a execução dos serviços.

4.2 O monitor deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada; portar telefone celular; prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte e contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, ou com o gestor do convênio do transporte; mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

4.3 A empresa contratada deverá apresentar de cada monitor contratado, certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

Subcontratação

4.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5 Não Será exigida a garantia da contratação.

Vistoria

4.6 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1 Início da execução do objeto: 3 dias úteis, contados da emissão da ordem de serviço;
- 5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Nº	Região	Destino – Roteiro	KM
1	Assentamento 02 Irmãos	<p>Parte às 04h20 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada da direita, segue reto, passa pelo assentamento, pegando a esquerda até o final, passando próximo ao pesqueiro, entra na fazenda da Baracat, entra no assentamento 2 irmãos passando por metade dele saindo na mesma estrada de início próximo ao pesqueiro, entra a esquerda em um sítio no início do assentamento, volta para a estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul passando pelas escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti ✓ EE Padre Anchieta <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 7:00 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 02 anos a 17 anos. Percurso em estrada não pavimentada 52 km Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km Total de 53 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 14h40 da Prefeitura recolhe alunos na seguinte escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti <p>Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini,</p>	159 km

		<p>segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, entrando no assentamento, faz todo o trajeto inverso, deixa os alunos do assentamento, pega novamente a estrada inicial e volta para a cidade de Murutinga do Sul.</p> <p>Linha atenderá crianças de 02 anos a 10 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 52 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Total de 53 km percorrido.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 15:50 horas.</p> <p>No retorno parte às 16:00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <p>✓ EE Padre Anchieta</p> <p>Parte às 15h50 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, entrando no assentamento, faz todo o trajeto inverso, deixa os alunos do assentamento, pega novamente a estrada inicial e volta para a cidade de Murutinga do Sul.</p> <p>Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 52 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Total de 53 km percorrido.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 17:50 horas.</p>	
--	--	--	--

2	Assentamento 02 Irmãos	<p>Parte às 04h20 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada da direita, segue reto, entra a direita no assentamento 2 irmãos, segue reto até a fazenda do Baracat, volta entrando a esquerda seguindo pelo assentamento, volta para estrada principal, entra a esquerda novamente no assentamento, entra na próxima a direita no sítio do Sr. Rafael Cocão, vai até o final da estrada do assentamento, em seguida volta para a estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul passando pelas escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti ✓ EE Padre Anchieta <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul às 06:45 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 04 anos a 17 anos. Percurso em estrada não pavimentada 47,6 km Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km Total de 48,6 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 14h40 da Prefeitura recolhe alunos na seguinte escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti <p>Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli,</p>	146 km
---	-----------------------------------	--	---------------

		<p>entrando em estrada não pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada da direita, segue reto, entra a direita no assentamento 2 irmãos, segue reto até a fazenda do Baracat, volta entrando a esquerda seguindo pelo assentamento, volta para estrada principal, entra a esquerda novamente no assentamento, entra na próxima à direita no sítio do Sr. Rafael Cocão, vai até o final da estrada do assentamento, em seguida volta para a estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 15:50 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 04 anos a 10 anos. Percurso em estrada não pavimentada 47,6 km Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km Total de 48,6 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 15:50 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <p>✓ EE Padre Anchieta</p> <p>Parte às 15h50 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada da direita, segue reto, entra a direita no assentamento 2 irmãos, segue reto até a fazenda do Baracat, volta entrando a esquerda seguindo pelo assentamento, volta para estrada principal, entra</p>	
--	--	--	--

		<p>a esquerda novamente no assentamento, entra na próxima a direita no sítio do Sr. Rafael Cocão, vai até o final da estrada do assentamento, em seguida volta para a estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 17:50 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 47,6 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Total de 48,6 km percorrido.</p>	
3	Assentamento Santa Cristina	<p>Parte às 05h30 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua. Jacyra Marcussi Hussein, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entrando a direita, chegando na bifurcação pega novamente a direita, chegando no final da estrada pega a esquerda até a igreja, voltando pelo mesmo caminho, segue reto e entra no assentamento Santa Cristina, faz todo o assentamento e volta para a rodovia sentido Andradina seguindo até o próximo retorno perto da base da Polícia Militar Rodoviária, volta pela rodovia entrando a direita na cidade de Murutinga passando pelas escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti ✓ EE Padre Anchieta <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 6:50 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 01 ano a 17 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 19 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 300 m</p>	113,90Km

		<p>Percurso em pista e rodovia pavimentada 20 km Total de 39,30km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 14h40 da Prefeitura recolhe alunos na seguinte escola:</p> <p>✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti</p> <p>Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua. Jacyra Marcussi Hussein, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entrando a direita, chegando na bifurcação pega novamente a direita, voltando pelo mesmo caminho, segue reto e entra no assentamento Santa Cristina, faz todo o assentamento e volta para a rodovia sentido Andradina seguindo até o próximo retorno perto da base da Polícia Militar Rodoviária, volta pela rodovia entrando a direita na cidade de Murutinga do Sul</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 15:40 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 01 anos a 10 anos. Percurso em estrada não pavimentada 15 km Percurso em ruas urbanas pavimentadas 300 m Percurso em pista e rodovia pavimentada 20 km Total de 35,30km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 16h00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <p>✓ EE Padre Anchieta</p>	
--	--	---	--

		<p>Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua. Jacyra Marcussi Hussein, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entrando a direita, chegando na bifurcação pega novamente a direita, chegando no final da estrada pega a esquerda até a igreja, voltando pelo mesmo caminho, segue reto e entra no assentamento Santa Cristina, faz todo o assentamento e volta para a rodovia sentido Andradina seguindo até o próximo retorno perto da base da Polícia Militar Rodoviária, volta pela rodovia entrando a direita na cidade de Murutinga do Sul</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 17:40 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos. Percurso em estrada não pavimentada 15 km Percurso em ruas urbanas pavimentadas 300 m Percurso em pista e rodovia pavimentada 20 km Total de 39,30km percorrido.</p>	
4	Assentamento Orlando Molina	<p>Parte às 04h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o sítio do Sr. José Manfrin, entra a direita sentido núcleo do assentamento Orlando Molina, passa a igreja congregação Cristã no Brasil indo até o final da estrada entrando a direita e segue até a fazenda São Lourenço, volta pela estrada e entra na próxima à esquerda, vai até a</p>	92 Km

		<p>caixa d'agua, vira a direita, e na próxima à esquerda indo até o primeiro sitio, volta pela estrada, vira a esquerda até o tanque de leite, segue a estrada entrando na estrada a esquerda até o ultimo sitio, volta para a estrada vira a esquerda, chegando no final da estrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro passando pelas escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti ✓ EE Padre Anchieta <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 6:50 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 04 anos a 17 anos. Percurso em estrada não pavimentada 32 km Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total de 44 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 14H40 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti <p>Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o sitio do Sr. José Manfrin, entra a</p>	
--	--	--	--

	<p>direita sentido núcleo do assentamento Orlando Molina, passa a igreja congregação Cristã no Brasil indo até o final da estrada entrando a direita e segue até a fazenda São Lourenço, volta pela estrada e entra na próxima à esquerda, vai até a caixa d'água, vira a direita, e na próxima à esquerda indo até o primeiro sítio, volta pela estrada, vira a esquerda até o tanque de leite, segue a estrada entrando na estrada a esquerda até o último sítio, volta para a estrada vira a esquerda, chegando no final da estrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Penápolis as 15:50 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 04 anos a 10 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 32 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km</p> <p>Total de 44 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 16H00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <p>✓ EE Padre Anchieta</p> <p>Parte às 16h00 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda</p>	
--	---	--

		<p>seguindo até o sitio do Sr. José Manfrin, entra a direita sentido núcleo do assentamento Orlando Molina, passa a igreja congregação Cristã no Brasil indo até o final da estrada entrando a direita e segue até a fazenda São Lourenço, volta pela estrada e entra na próxima à esquerda, vai até a caixa d'agua, vira a direita, e na próxima à esquerda indo até o primeiro sitio, volta pela estrada, vira a esquerda até o tanque de leite, segue a estrada entrando na estrada a esquerda até o ultimo sitio, volta para a estrada vira a esquerda, chegando no final da estrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 18:00 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 32 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km</p> <p>Total de 44 km percorrido.</p>	
5	Assentamento Orlando Molina	<p>Parte às 04h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o final da estrada, vira a esquerda e segue até a terceira entrada da esquerda, entra na fazenda São Luis, volta pela estrada principal até o núcleo do Assentamento Orlando Molina, contorna o núcleo do assentamento e volta</p>	103 Km

		<p>entrando a esquerda no Córrego Fundo, próximo ao bar do Mané, volta para a estrada principal, entra novamente a esquerda no Assentamento Santa Cristina até o segundo sitio do lado esquerdo, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro passando pelas escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti ✓ EE Padre Anchieta <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 6:45 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 02 anos a 17 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 25 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km</p> <p>Total de 37 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 14H40 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti <p>Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda, entra na primeira a direita no assentamento Santa Cristina, segue na estrada até a Fazenda São Luiz, vira a direita até a primeira entrada, entra a</p>	
--	--	--	--

		<p>esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro.</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Penápolis as 15:30 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 02 anos a 10 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 17 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km</p> <p>Total de 29 km percorrido.</p> <p>No retorno parte às 16H00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:</p> <p>✓ EE Padre Anchieta</p> <p>Parte às 16h00 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o final da estrada, vira a esquerda e segue até a terceira entrada da esquerda, entra na fazenda São Luis, volta pela estrada principal até o núcleo do Assentamento Orlando Molina, contorna o núcleo do assentamento e volta entrando a esquerda no Córrego Fundo, próximo ao bar do Mané, volta para a estrada principal, entra novamente a esquerda no Assentamento Santa Cristina até o segundo sítio do lado esquerdo, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo</p>	
--	--	---	--

		<p>da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro passando pelas escolas:</p> <p>Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Penápolis as 18:40 horas.</p> <p>Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.</p> <p>Percurso em estrada não pavimentada 25 km</p> <p>Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km</p> <p>Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km</p> <p>Total de 37 km percorrido.</p>	
--	--	--	--

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da Empresa, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.2.3 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do pagamento

7.6 O pagamento será feito em parcelas mensais, no 5º dia útil do mês subsequente ao do mês da prestação dos serviços, mediante a apresentação do documento fiscal correspondente.

7.7 A contratada deverá emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços e entregar na Secretaria Municipal de Educação, acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas.

7.8 O envio da Nota Fiscal deverá ser feito pelo e-mail: educacao@murutingadosul.sp.gov.br.

7.9 Os pagamentos somente serão efetuados mediante apresentação do respectivo documento fiscal e com expresse aceite do fiscal do contrato.

7.10 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será procedida do recebimento definitivo dos serviços, atestada e certificada pelo fiscal do contrato.

7.11 Após a certificação do fiscal do contrato, deverão ser apresentadas, no setor Financeiro/Contabilidade do Município de Murutinga do Sul, as notas fiscais/faturas, emitidas em 01 (uma) via, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato e com a indicação de número da conta bancária da Empresa, para depósito do pagamento.

7.12 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando ônus para a Contratante.

7.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.14 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, demonstrada através da apresentação das Certidões Negativas de Tributos Inscritos em Dívida Ativa e da Negativa de Débitos não Inscritos em Dívida Ativa;

8.17 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito Mobiliários, referente ao Município de domicílio fiscal da proponente.

8.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.20 Qualificação técnico – operacional, mediante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação; a ser feita por atestado, **em nome da empresa**, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando ter e/ou estar executando serviço de 02 (duas) contratação de mão de

obra de monitoramento de alunos, correspondente a 40% (quarenta por cento) da quantidade estimada.

8.20.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.20.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.20.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 158.540,00 (cento e cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta reais).

Item	Descrição dos serviços	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar (5 monitores), para atender Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação (Processo: SEDUC-PRC-2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557).	Unidade	50	3.170,80	158.540,00

9.2 Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, garantia dos produtos e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

9.3 Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela Prefeitura do Município de Murutinga do Sul, esta poderá exigir que a licitante apresente um detalhamento dos preços ofertados, afim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

9.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- e) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual e Municipal; e
- f) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas com a execução do contrato a ser firmado em decorrência desta licitação correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente, a saber:

- I) Gestão/Unidade: 02.05.01 - EDUCAÇÃO
 - II) Fonte de Recursos: 01 - TESOURO
 - III) Programa de Trabalho: 007 – TRANSPORTE ESCOLAR
 - IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
 - V) Plano Interno: 2042 – TRANSPORTE – ENSINO FUNDAMENTAL
-
- I) Gestão/Unidade: 02.05.01 - EDUCAÇÃO
 - II) Fonte de Recursos: 02 – TRANSFERÊNCIA E CONVÊNIO ESTADUAIS
 - III) Programa de Trabalho: 007 – TRANSPORTE ESCOLAR
 - IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
 - V) Plano Interno: 2042 – TRANSPORTE – ENSINO FUNDAMENTAL

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

SETOR REQUISITANTE (UNIDADE/SETOR/DEPARTAMENTO):

Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua Antônio Calestine nº 360

Fone /Fax: (18) 3788-1426

E-mail: educacao@murutingadosul.sp.gov.br

CEP: 16950-000

Murutinga do Sul -SP

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de monitores de transporte escolar com a finalidade de garantir o acesso igualitário à educação para todos os alunos da zona rural ou área de difícil acesso. A educação é um direito humano essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Ela promove a inclusão social, a redução das desigualdades, o desenvolvimento econômico e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, a educação é fundamental para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Esse direito está garantido na Constituição Federal:

Art. 6º: A educação é um dos direitos sociais fundamentais.

Art. 205: A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Art. 208: Estabelece os deveres do Estado em relação à educação, incluindo a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica.

Ressaltamos que o fornecimento está alinhado com as legislações educacionais locais e nacionais, demonstrando o compromisso da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul – SP, em cumprir essas diretrizes.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Não há Plano de Contratações Anual.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os monitores disponibilizados pela Contratada deverão atender ao disposto na Resolução SEE nº 28, de 12 de maio de 2011, a saber:

- a) ter idade superior a dezoito anos;
- b) apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 05 (cinco) anos;
- c) apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo a identificação MONITOR, e com aparência pessoal adequada;
- d) portar rádio de comunicação ou telefone celular;
- e) prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;
- f) contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, ou com o gestor do contrato, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

Os monitores designados para a prestação dos serviços deverão possuir vínculo empregatício com a Contratada de acordo com a legislação trabalhista, previdenciária, assistenciais, sindicais e sanitárias vigentes, sendo considerada a Contratada como única empregadora, não havendo qualquer tipo de vínculo ou solidariedade empregatício com a Contratante.

Caso haja necessidade de alteração no quadro de monitores designados para a prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a documentação exigida do novo funcionário ao Gestor do contrato e representante da Contratante, para prévia anuência e autorização expressa da Prefeitura.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

Item	ROTA	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
		Parte às 04h20 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada da direita, segue reto, passa pelo assentamento, pegando a esquerda até o final, passando próximo ao pesqueiro, entra na fazenda da Baracat, entra no assentamento 2 irmãos passando por metade dele saindo na mesma estrada de início próximo ao pesqueiro, entra a esquerda em um sítio no início do assentamento, volta para a estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul passando pelas escolas:		
	Linha 1	✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti		
	-	✓ EE Padre Anchieta		
1	Assentamento 02 Irmãos	Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 7:00 horas.	KM	159
		Linha atenderá crianças de 02 anos a 17 anos.		
		Percurso em estrada não pavimentada 52 km		
		Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km		
		Total de 53 km percorrido.		
		No retorno parte às 14h40 da Prefeitura recolhe alunos na seguinte escola:		
		✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti		
		Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à		

direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, entrando no assentamento, faz todo o trajeto inverso, deixa os alunos do assentamento, pega novamente a estrada inicial e volta para a cidade de Murutinga do Sul.

Linha atenderá crianças de 02 anos a 10 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 52 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Total de **53 km** percorrido.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 15:50 horas.

No retorno parte às 16:00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:

✓ EE Padre Anchieta

Parte às 15h50 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, entrando no assentamento, faz todo o trajeto inverso, deixa os alunos do assentamento, pega novamente a estrada inicial e volta para a cidade de Murutinga do Sul.

Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 52 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Total de **53 km** percorrido.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 17:50 horas.

2	Linha 2	Parte às 04h20 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à	KM	146
-				

Assenta direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda
mento na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não
02 pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada
Irmãos da direita, segue reto, entra a direita no
assentamento 2 irmãos, segue reto até a fazenda do
Baracat, volta entrando a esquerda seguindo pelo
assentamento, volta para estrada principal, entra a
esquerda novamente no assentamento, entra na
próxima a direita no sítio do Sr. Rafael Cocão, vai até
o final da estrada do assentamento, em seguida volta
para a estrada municipal entrando novamente na
cidade de Murutinga do Sul passando pelas escolas:

- ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti
- ✓ EE Padre Anchieta

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de
Murutinga do Sul às 06:45 horas.

Linha atenderá crianças de 04 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 47,6 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Total de **48,6 km** percorrido.

No retorno parte às 14h40 da Prefeitura recolhe
alunos na seguinte escola:

- ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti

Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga
do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à
direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda
na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não
pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada
da direita, segue reto, entra a direita no assentamento
2 irmãos, segue reto até a fazenda do Baracat, volta
entrando a esquerda seguindo pelo assentamento,
volta para estrada principal, entra a esquerda
novamente no assentamento, entra na próxima à
direita no sítio do Sr. Rafael Cocão, vai até o final da
estrada do assentamento, em seguida volta para a

estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 15:50 horas.

Linha atenderá crianças de 04 anos a 10 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 47,6 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Total de **48,6 km** percorrido.

No retorno parte às 15:50 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:

✓ EE Padre Anchieta

Parte às 15h50 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Rua Jacyra Marcussi Hussein, entra à direita na Rua Antônio Calestini, segue pela esquerda na Rua Batista Rosticheli, entrando em estrada não pavimentada, chegando na bifurcação pega a estrada da direita, segue reto, entra a direita no assentamento 2 irmãos, segue reto até a fazenda do Baracat, volta entrando a esquerda seguindo pelo assentamento, volta para estrada principal, entra a esquerda novamente no assentamento, entra na próxima a direita no sítio do Sr. Rafael Cocão, vai até o final da estrada do assentamento, em seguida volta para a estrada municipal entrando novamente na cidade de Murutinga do Sul.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 17:50 horas.

Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 47,6 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Total de **48,6 km** percorrido.

Parte às 04h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o sitio do Sr. José Manfrin, entra a direita sentido núcleo do assentamento Orlando Molina, passa a igreja congregação Cristã no Brasil indo até o final da estrada entrando a direita e segue até a fazenda São Lourenço, volta pela estrada e entra na próxima à esquerda, vai até a caixa d'água, vira a direita, e na próxima à esquerda indo até o primeiro sitio, volta pela estrada, vira a esquerda até o tanque de leite, segue a estrada entrando na estrada a esquerda até o ultimo sitio, volta para a estrada vira a esquerda, chegando no final da estrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro passando pelas escolas:

Linha 3

Assentamento Orlando Molina

- ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti
- ✓ EE Padre Anchieta

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 6:50 horas.

KM

92

Linha atenderá crianças de 04 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 32 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total de **44 km** percorrido.

No retorno parte às 14H40 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:

- ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti

Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o sítio do Sr. José Manfrin, entra a direita sentido núcleo do assentamento Orlando Molina, passa a igreja congregação Cristã no Brasil indo até o final da estrada entrando a direita e segue até a fazenda São Lourenço, volta pela estrada e entra na próxima a esquerda, vai até a caixa d'água, vira a direita, e na próxima a esquerda indo até o primeiro sítio, volta pela estrada, vira a esquerda até o tanque de leite, segue a estrada entrando na estrada a esquerda até o último sítio, volta para a estrada vira a esquerda, chegando no final da estrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Penápolis as 15:50 horas.

Linha atenderá crianças de 04 anos a 10 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 32 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total de **44 km** percorrido.

No retorno parte às 16H00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:

✓ EE Padre Anchieta

Parte às 16h00 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides

Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o sitio do Sr. José Manfrin, entra a direita sentido núcleo do assentamento Orlando Molina, passa a igreja congregação Cristã no Brasil indo até o final da estrada entrando a direita e segue até a fazenda São Lourenço, volta pela estrada e entra na próxima a esquerda, vai até a caixa d'água, vira a direita, e na próxima a esquerda indo até o primeiro sitio, volta pela estrada, vira a esquerda até o tanque de leite, segue a estrada entrando na estrada a esquerda até o ultimo sitio, volta para a estrada vira a esquerda, chegando no final da estrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 18:00 horas.

Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 32 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total de **44 km** percorrido.

**Linha 4-
Assenta-
mento
Orlando
Molina**

4

Parte às 04h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o final da estrada, vira a esquerda e segue até a terceira entrada da esquerda, entra na fazenda São Luis, volta pela estrada principal até o núcleo do Assentamento Orlando Molina, contorna o núcleo do assentamento e volta entrando a esquerda no Córrego Fundo, próximo ao bar do Mané, volta para a estrada principal, entra novamente a esquerda no Assentamento Santa Cristina até o segundo sitio do lado esquerdo, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal

KM

103

Ac. Alcides Monteiro passando pelas escolas:

- ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti
- ✓ EE Padre Anchieta

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 6:45 horas.

Linha atenderá crianças de 02 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 25 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total de **37 km** percorrido.

No retorno parte às 14H40 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:

- ✓ EMEIEFS Antonieta Bim Storti

Parte às 14h40 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda, entra na primeira a direita no assentamento Santa Cristina, segue na estrada até a Fazenda São Luiz, vira a direita até a primeira entrada, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro.

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul as 15:30 horas.

Linha atenderá crianças de 02 anos a 10 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 17 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total

de **29 km** percorrido.

No retorno parte às 16H00 da Prefeitura recolhe alunos nas seguintes escolas:

✓ EE Padre Anchieta

Parte às 16h00 da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul pela Jacyra Marcussi Hussein, Até semáforo, entra à esquerda na Rua Antônio Calestini, passando linha férrea seguindo pela via de acesso Ac. Alcides Monteiro, fazendo a rotatória sentido Andradina, entra a direita, na bifurcação segue pela estrada da esquerda seguindo até o final da estrada, vira a esquerda e segue até a terceira entrada da esquerda, entra na fazenda São Luis, volta pela estrada principal até o núcleo do Assentamento Orlando Molina, contorna o núcleo do assentamento e volta entrando a esquerda no Córrego Fundo, próximo ao bar do Mané, volta para a estrada principal, entra novamente a esquerda no Assentamento Santa Cristina até o segundo sitio do lado esquerdo, entra a esquerda novamente e volta pela estrada inicial, fazendo o retorno por baixo da rodovia, entra a direita sentido zona urbana de Murutinga do Sul pela estrada vicinal Ac. Alcides Monteiro passando pelas escolas:

Terminando percurso na Prefeitura Municipal de Penápolis as 18:40 horas.

Linha atenderá crianças de 10 anos a 17 anos.

Percurso em estrada não pavimentada 25 km

Percurso em ruas urbanas pavimentadas 1 km

Percurso em pista e rodovia pavimentada 11 km Total de **37 km** percorrido.

LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da rede municipal e estadual de Murutinga do Sul, buscou-se no mercado pesquisa com fornecedores e contratações similares feitas por outros órgãos e entidades municipais, levando em conta os aspectos de eficiência e economicidade.

No que tange ao mercado de empresa especializada em prestação de serviço de monitores de transporte escolar, verifica-se a existência de algumas empresas que prestam o serviço na região, conforme apontado na Tabela abaixo. Tem-se que a lista, não exaustiva, apresenta boa quantidade de possíveis fornecedores, indicando pela competitividade natural do mercado, variável relevante na obtenção de preços adequados ante a contratação.

FORNECEDOR	CNPJ	MUNICÍPIO
Natalino Pereira Brito		Andradina
Maktub Serviço, Gestão e Comércio	35.378.238/0001-30	Murutinga do Sul
Ivan de Oliveira Empreendimentos – ME	42.789.746/0001-76	Andradina
Filomena Novaes Mazotti - ME	04.234.363/0001-42	Andradina

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos (orçamentos anexos e contrato similar), sendo apurado o valor total de até R\$ 158.540,00 (cento cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta reais).

Item	Descrição dos serviços	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar (5 monitores), para atender Convênio firmado com o	Unidade	50	3.170,80	158.540,00

	Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação (Processo: SEDUC-PRC-2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557).				
--	--	--	--	--	--

Os valores constantes da tabela foram obtidos através de pesquisa direta com 03 (três) fornecedores e contratações similares feitas por outros órgãos públicos (em anexo).

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A empresa contratada deve atender todos os requisitos escritos no item 4 deste documento. A contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de monitores escolares é fundamental para assegurar a segurança, bem-estar e apoio aos alunos. Através de um processo de seleção rigoroso e gestão eficiente, é possível garantir a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para um ambiente escolar seguro e acolhedor.

A modalidade da licitação é PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e competitividade no processo de seleção.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não há parcelamento da contratação, pois, neste caso, não é tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Neste caso, não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

Não há impacto ambiental relevante com essa contratação. A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as

normas de proteção ao meio ambiente. A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Conclui-se, portanto, que é **VIÁVEL** a referida contratação, por atender à necessidade a que se destina, com base nos elementos colhidos neste Estudo Técnico Preliminar.

ANEXOS:

- 03 (três) orçamentos de empresas especializadas no ramo de atividade
- Contrato similar de outro órgão público

RESPONSÁVEIS:

Lucineide Maria Rossino
Secretária Municipal de Educação

Anexo III – ANALISE DE RISCO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar rural, sob a forma de fretamento, com fornecimento de veículos convencionais, abastecidos de combustível, com um operador por veículo

Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação:

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
RISCO 01: Planejamento deficiente	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	O prejuízo ao atendimento das demandas da rede municipal e estadual de ensino.
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada rede de ensino
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisão de quantitativos
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação e Setor de Transporte
RISCO 02: Elaboração do Termo de Referência inadequado	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Utilização, por parte da CONTRATADA, de serviços de baixa qualidade e de baixa

	segurança aos alunos.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Refazer o Termo de Referência
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação e Setor de Transporte
RISCO 03: Indisponibilidade financeira	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	A não contratação do objeto licitado
AÇÃO PREVENTIVA:	Planejamento financeiro para Contratações
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação e Contabilidade
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reprogramação de Planejamento financeiro
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação e Contabilidade

RISCO 04: Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao atendimento das necessidades dos

	alunos
AÇÃO PREVENTIVA:	Avaliação da capacidade técnica Operacional da empresa
RESPONSÁVEL:	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Recisão contratual e início de processo licitatório
RESPONSÁVEL:	

FASE DE ANÁLISE: GESTÃO/EXECUÇÃO DO OBJETO	
RISCO 01: Atraso na contratação	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Contratação de empresa não qualificada
AÇÃO PREVENTIVA:	Fiscalizar o contrato sobre forma de execução dos serviços e cumprimentos da exigências do termo de referência e instrumento convocatório
RESPONSÁVEL:	Fiscal de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 02: contratação com preço acima da média do mercado	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta

DANO:	Dano ao erário
AÇÃO PREVENTIVA:	1. Realizar ampla pesquisa de preços junto mercado, e sites governamentais, conforme previsto em legislação 2. Sempre que aditar o contrato, será feita pesquisa de mercado.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Evitar contratações de empresas que não atendam a forma de credenciamento estipulada
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento
RISCO 03: Veículos e/ou condutores que realizam o transporte escolar não atendem aos requisitos legais para condução de escolares.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviço prestado de forma ineficiente e inconforme, podendo gerar riscos à segurança dos alunos
AÇÃO PREVENTIVA:	Por meio de equipe de fiscalização, verificar frequentemente: as condições do veículo; documentação do veículo; documentação pessoal do motorista; as referências sobre o motorista; condições de higiene do carro e o número de cintos de segurança.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Solicitar substituição ou correção do item em desacordo
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
RISCO 04: Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta

IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Fornecedor se recusar a realizar a entrega do produto licitado
AÇÃO PREVENTIVA:	Planejamento Financeiro
RESPONSÁVEL:	Setor de finanças
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reservar os recursos com antecedência
RESPONSÁVEL:	Setor de finanças
RISCO 05: Execução do objeto em desacordo com o acordado	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização da execução
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação e Setor de transporte
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Sanções e penalidades previstas no Contrato
RESPONSÁVEL:	Setor de finanças
RISCO 06: Não assinatura do contrato.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificação na fase de habilitação do certame que o

	forneceador reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro / Equipe de Apoio
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do forneceador mais bem classificado
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro
RISCO 07: Falta de publicidade do ato administrativo	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato".
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação
RISCO 08: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação dos fiscais/gestor

	do contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 09: Execução em desacordo com o contrato	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar e solicitar a resolução imediata.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar sanções previstas no contrato
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 10: Prorrogação não vantajosa	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.
RESPONSÁVEL:	Coordenação de Compras
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório

RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 11: Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma.	
PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como sistemas ou planilhas, dentre outros correlatos.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 12: Desequilíbrio do contrato; Uso de índices distintos dos fixados no contrato	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; apurar valores pagos a maior, a fim de que sejam efetuadas retenções.

	Negociar preços mais vantajosos.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 13: Não apresentação de garantias.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de prejuízos a terceiros
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Retenção de valores correspondentes a garantia até sua efetivação. Execução da apólice de seguro.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 14: Não retenção dos valores dos impostos.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Responsabilização subsidiária e substituição tributária
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município

RISCO 15: Falência da empresa, descontinuidade do contrato ou de abandono por parte da empresa.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviços não serem prestados, impactando as atividades fim e meio
AÇÃO PREVENTIVA:	Fiscalização constante
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Contratação emergencial e nova licitação, acionamento do seguro-garantia, em caso de prejuízo.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação
RISCO 16: Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.
RESPONSÁVEL:	Controladoria
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.
RESPONSÁVEL:	Procuradoria do Município
RISCO 17: Não observar se requisitos do contrato foi plenamente atendidos	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta

DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de ressarcimentos.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a seguradora dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Educação/Gestor do contrato

Murutinga do Sul 03 Julho de 2024

Lucineide Maria Rossino
Secretária Municipal de Educação

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

1 - Dados da Proponente:

Razão Social:

CNPJ (MF):

Inscrição Estadual: Endereço: Telefone:

Cidade: Estado:

E-mail institucional:

CEP:

2 - Identificação do representante legal para fins de assinatura do contrato:

Nome:

RG: CPF:

Endereço: Cidade/UF:

Nacionalidade: Profissão:

Estado Civil: Telefone:

E-mail Pessoal:

Data de nascimento:

3 – Dados da Conta Bancária da Proponente:

Instituição Financeira:

Agência:

Conta Corrente:

PREENCHER TODAS AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NOS QUADROS ACIMA

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	10	Serv	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar – Linha 01		
02	10	Serv	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar – Linha 02		
03	10	Serv	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no		

			transporte escolar – Linha 03		
04	10	Serv	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar – Linha 04		
05	10	Serv	Contratação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar – Linha 05		

Critério de Julgamento: Menor Preço Unitário.

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

A empresa acima qualificada está de acordo com todas as condições da presente licitação e que o preço acima indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos pelo proponente na data da apresentação desta proposta.

Data

Assinatura do Proponente:

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2024

PROCESSO LICITATORIO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

EDITAL Nº 014/2024

OBJETO:

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 2) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5) que se compromete a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, nos termos do art. 92, inc. XVI.

Se for o caso:

- 6) que, em se tratando de licitante organizado em cooperativa que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021. (SE FOR O CASO)
- 7) que, em se tratando de fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de

pequeno porte ou sociedade cooperativa que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8) que, em se tratando de microempresa ou empresas de pequeno porte, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

(local do estabelecimento), de 2.024.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MURUTINGA DO SUL E A EMPRESA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ***/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2024

VALOR: R\$

DATA DE ASSINATURA:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MURUTINGA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 44.430.221/0001-75, sito na Rua Orlando Molina, 267, Murutinga do Sul-SP, neste ato representado pelo Prefeito CRISTIANO ELEUTERIO SOARES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n.º 061.***.***-**, residente e domiciliado no Município de Murutinga do Sul-SP, na Rua *****, nº ***, Bairro *****, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: (...), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. (...), com sede na cidade de (...), Estado de (...), na Rua (...), nº. (...), bairro (...), neste ato representada pelo Sr.(a). (...), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade – RG. nº. (...), inscrito no CPF/MF sob nº. (...), residente na Rua (...), nº. (...), doravante denominado **CONTRATADA**,

Tendo em vista o que consta no Processo Licitatório epigrafado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é prestação do serviço de monitoramento de alunos do transporte escolar, para atender o Convenio firmado com o Governo do Estado de São

Paulo, através da Secretaria de Educação (Processo: SEDUC-PRC- 2022-03159-DM/Demanda de aditamento: 074557, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da Contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O **prazo de vigência da contratação** é de 10 (dez meses) contados da data de sua assinatura, prorrogáveis por até 10(dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência previsto na cláusula 2.1 poderá ser prorrogado, mediante de termo aditivo, mediante justificativa fundamentada, poderá ser prorrogado por fato superveniente que o justifique ou intempérie natural que prejudique o andamento normal dos trabalhos, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Condições de Execução

3.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.1.1 Início da execução do objeto: 3 dias úteis, contados da emissão da ordem de serviço;

10.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, conforme item 5.1.2 do Termo de Referência.

Fiscalização

3.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Do Recebimento

3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da Empresa, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

3.4.2. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....) perfazendo o valor total de R\$ (...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete,

seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

6.2 O valor a ser faturado será realizado mensal de acordo com o serviço prestado, mediante comprovações apresentada pela Contratada.

6.3 Para comprovação dos serviços realizados, a contratada deverá apresentar mensalmente relatório dos dias efetivamente trabalhados, assinado pelo fiscal.

6.4 O faturamento deverá ser realizado mensalmente, abrangendo os serviços realizados no mês anterior;

6.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida somente após a aprovação pela Secretaria de Educação e pelo fiscal.

Pagamento

6.6 O pagamento será feito em parcelas mensais, no 5º dia útil do mês subsequente ao do mês da prestação dos serviços, mediante a apresentação do documento fiscal correspondente.

6.7. A contratada deverá emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços e entregar na Secretari Municipal de Educação, acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas.

6.8. O envio da Nota Fiscal deverá ser feito pelo e-mail: educacao@murutingadosul.sp.gov.br.

6.9. Os pagamentos somente serão efetuados mediante apresentação do respectivo documento fiscal e com expresse aceite do fiscal do contrato.

6.10. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será procedida do recebimento definitivo dos serviços, atestada e certificada pelo fiscal do contrato.

6.11. Após a certificação do fiscal do contrato, deverão ser apresentadas, no setor Financeiro/Contabilidade do Município de Murutinga do Sul, as notas fiscais/faturas, emitidas em 01 (uma) via, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato e com a indicação de número da conta bancária da Empresa, para depósito do pagamento.

6.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando ônus para a Contratante.

6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.15 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

6.16 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

6.17 O setor competente para proceder ao pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.17.1 o prazo de validade;

6.17.2 a data da emissão;

6.17.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

6.17.4 o período de prestação dos serviços;

6.17.5 o valor a pagar; e

6.17.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.18 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.19 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/____.

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no

objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o Departamento Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Demais obrigações definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecede a data do início da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com as notas fiscais, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do objeto, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.28. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.29. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.30. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.32. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.33. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula,

devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente,

quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.

156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 2% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,1% a 10% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Função: 12 – SubFunção: 361 – Programa: 0007 – Proj./Atividade: 2042 – Cat. Econ. 3.3.90 – El. Desp. 39 – SubElemento: 99 - Ficha: 111 – Fonte de Recurso: 01 – Tesouro.

Função: 12 – SubFunção: 361 – Programa: 0007 – Proj./Atividade: 2042 – Cat. Econ. 3.3.90 – El. Desp. 39 – SubElemento: 99 - Ficha: 112 – Fonte de Recurso: 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESETE – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Andradina para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Murutinga do Sul/SP, (...) de (...) de 2024.

MUNICÍPIO DE MURUTINGA DO SUL
Cristiano Eleuterio Soares da Silva
Prefeito

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

PROCESSO ADMINISTRATIVO 097/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 027/2024

PREGÃO 015/2024

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCESP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

DATA DA ASSINATURA: ____/____/____

VIGÊNCIA: ____/____/____

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Murutinga do Sul - SP, ____ de _____ de 2024.

PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 097/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 027/2024

PREGÃO 015/2024

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE:

Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Período	

Obs:

1. Todos os campos são de preenchimento obrigatório.
2. Repetir o quadro, se necessário, informando todos os responsáveis durante o exercício.
3. Anexar a "Declaração de Atualização Cadastral" emitida pelo sistema "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", por ocasião da remessa do presente documento ao TCESP.

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).

Assinatura do responsável pelo preenchimento

TERMO DE RESPONSABILIDADE

CONTRATO N°

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°

PROCESSO LICITATÓRIO N°

PREGÃO ELETRÔNICO N°

OBJETO:

O chefe do Poder Executivo designa o servidor , oficial administrativo (função), para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme disposto no art. 117, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021.

***Art. 117.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no [art. 7º desta Lei](#), ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.*

§ 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Por este ato, o Fiscal declara, ainda, estar ciente das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação do gestor e fiscal de contrato, no âmbito da administração pública municipal direta,

autárquica e fundacional.

Ao término do contrato, deverá ser enviado ao Departamento de Licitações um **“TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO CONTRATO”**, certificando que o objeto foi executado. Caso a empresa contratada atrasar a execução do contrato ou deixar de cumprir o mesmo no todo ou em parte, o fiscal designado deverá notificar o GESTOR DO CONTRATO, para que sejam tomadas as devidas providências legais conforme prevê a Lei Federal 14.133/21 e demais cláusulas previstas no instrumento convocatório.

Murutinga do Sul - SP, ** de ***** de 2024.

MUNICÍPIO DE MURUTINGA DO SUL

Cristiano Eleuterio Soares da Silva

Prefeito

Eu ***** - RG: *****, declaro que estou ciente das responsabilidades que aqui me foram atribuídas.

Assinatura do Fiscal